PRAIA DA VITÓRIA
Câmara Municipal

ATA Nº 12

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 31 DE MAIO DE 2023

PRESIDÊNCIA: Vânia Marisa Borges Figueiredo Ferreira. ----------

VEREADORES PRESENTES: Paula Cristina Borges de Sousa, Ricky Joe Baptista, Otília Maria de Sousa Martins, Pedro Jorge Mendes Machado, em substituição de Berto José Branco Messias, Marco Euclides Lemos Martins e Leila Meneses Dinis, em substituição de Isménia Carvalho Landeiro Alves. ----------

FALTAS JUSTIFICADAS: Berto José Branco Messias, Isménia Carvalho Landeiro Alves e Nuno Miguel Leal Ribeiro. ----------

HORA DE ABERTURA: 14H00M ----------

-------- Aos trinta e um dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e três, na Academia de Juventude e das Artes da Ilha Terceira, desta Cidade, reuniu a Câmara Municipal da Praia da Vitória, sob a Presidência de Vânia Marisa Borges Figueiredo Ferreira, estando presentes os Vereadores Paula Cristina Borges de Sousa, Ricky Joe Baptista, Otília Maria de Sousa Martins, Pedro Jorge Mendes Machado, em substituição de Berto José Branco Messias, Marco Euclides Lemos Martins e Leila Meneses Dinis, em substituição de Isménia Carvalho Landeiro Alves. ----------

-------- A reunião foi secretariada pelo Técnico Superior João Paulo Pinheiro Gaspar Sotto-Mayor Carvalho. ----------

-------- E sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificando-se haver "quórum" para o funcionamento do Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, a Excelentíssima senhora Presidente declarou aberta a reunião. ----------

-------- De seguida o Executivo deliberou, por votação secreta, considerar justificadas as faltas de comparência à reunião. ----------

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

-------- Ao dar início aos trabalhos a senhora Presidente deu a palavra aos Vereadores para eventuais intervenções. ----------

--------O Vereador Marco Martins disse que gostaria de começar por um assunto que lhe diz respeito, em termos pessoais, mas que também diz respeito ao PS, e a todos em geral, nomeadamente, que, na qualidade de Vereador do Partido Socialista e dentro da liberdade individual, democrática e particular que lhe assiste, avançou com um artigo de opinião, ao qual, de forma também legítima, a estrutura partidária do PSD da Praia da Vitória decidiu responder e, perante isto, referiu que não ia, nem devia, entrar em considerandos políticos, porque isso seria intrometer-se na esfera do que o PSD acha que deve dizer, mas que, podendo discordar de algumas coisas e concordar com outras, não podia, porém, admitir mentiras e ataques vis e falsos, pelo que procedeu, então, à leitura, em voz alta, de uma das partes do comunicado do PSD da Praia da Vitória, datado de 23 de maio, do corrente ano, nomeadamente o quarto parágrafo, o qual dizia o seguinte, "*Aliás, um dos atuais vereadores da oposição foi responsável pela Associação Salão Teatro Praiense*", o que, desde logo, não corresponde à verdade, porque não foi responsável pela Associação Salão Teatro Praiense, a qual tinha uma direção própria, sendo que era, apenas, o coordenador, ou diretor, da área social; seguidamente, continuou a ler o referido comunicado, o qual dizia "*auferindo na altura um valor superior à remuneração de um vereador autárquico em regime de exclusividade de funções*", o que era, pura e simplesmente, mentira, ou então, os senhores vereadores estariam a receber cerca de mil e trezentos ou mil e quatrocentos euros, o que não acredita que seja verdade, nem seria justo para o grau de dificuldade e exigência das funções; continuando a citar o comunicado, disse "*pelo que tinha certamente conhecimento da situação financeira periclitante do município, é muito cómoda essa postura de santo depois de ter sido pecador*", para concluir que, falando enquanto vereador e, em sede própria, tem o direito de se defender, e que, sendo perfeitamente legítimo discordarem de si, do PS e das suas opiniões, se recuassem cerca de ano e meio, ou seja, à data em que assumiram funções, poderão constatar que, da sua parte, nunca foi feito qualquer ataque pessoal aos seus colegas, convidando a Senhora Presidente da Câmara a referir algum exemplo disso, apesar de ter a certeza que não iria encontrar nenhum. ----------

--------O Vereador Marco Martins continuou dizendo que tem toda a liberdade, tal como a coligação, o PSD, o CDS, e qualquer partido que não está aqui representado, de tecerem críticas políticas, mas que, mentiras, não podia aceitar, dizendo que este ataque lhe tocou profundamente, e que podiam criticar, à vontade, a qualidade da sua escrita, ou das suas opiniões, ou que dissessem que não apresenta propostas, porque estará cá para se defender disso, mas, porém, não podia admitir mentiras, de maneira nenhuma. ---

--------Mais referiu que, estando a liderar, hoje, a bancada dos vereadores do Partido Socialista, pedia ao Gabinete da Presidência que solicitasse aos órgãos competentes, a entrega de todos os recibos do seu vencimento, tendo começado a trabalhar na Associação Salão Teatro Praiense desde novembro de dois mil e dezassete, até março de dois mil e dezanove, ou seja, durante dezassete meses. ----------

--------Continuou dizendo que tem na sua posse a maior parte dos recibos, sendo possível constatar que, se um vereador receber, em novembro, mil quinhentos e seis euros, ou menos do que isso, então recebe mais do que um vereador, e que se um

vereador receber, em dezembro, mil quinhentos e seis euros, então recebe mais do que um vereador ou, neste caso, recebe igual. ----------

-------- Convidou a senhora Presidente a informar se, além do salário, teve alguma bonificação, ou bónus, acrescentando que sabia bem qual era a situação da Câmara e, por isso, não ultrapassaram um cêntimo além do que estava orçamentado, e que foram nesses dezassete meses que os regulamentos da gestão do parque habitacional foram feitos e liderados pela sua pessoa, bem como remetidos para a Divisão Administrativa e Jurídica, sendo que também não concordava que os apoios não tivessem um regulamento próprio, mas, no entanto, a sua maior avaliação é feita pelos colegas, pelos coordenadores dos quatro departamentos que liderava na altura e pelas equipas que teve a honra de liderar. ----------

-------- Realçou que, com o seu brio profissional e com a sua ética profissional, não admite que ninguém brinque, como também não admite ao PS e às estruturas de que faz parte, que tenham esse tipo de discurso com nenhum dos vereadores, nem com nenhum dos adversários políticos, nunca pessoais, e repudia, a cem por cento, o discurso de que "do nosso lado é que estão os bons, e do outro lado é que estão os maus", porque há excelentes pessoas do outro lado, como, por exemplo, alguns dos que aqui estão presentes, que sempre o respeitaram, apesar de terem pontos de vista diferentes e que será o primeiro a pedir desculpa, caso alguém se sinta ofendido em termos pessoais. -----

-------- Prosseguiu dizendo que reiterava, aqui, o que também disse publicamente, bem como o que o PS disse, ou seja, que, se a estrutura partidária do PSD da Praia da Vitória, que tem como líder máximo, a Dr.ª Vânia Ferreira, que também é, simultaneamente, Presidente da Câmara, se retratar, esses pedidos de desculpa serão aceites da sua parte, mas, se não se retratar, avançará, em nome pessoal e enquanto vereador visado, para um processo de difamação e atentado ao bom nome, pelo que deixa isso ao critério do PSD, sendo que não vai implorar por um pedido de desculpas, mas não aceita que mintam descaradamente, conforme pode demonstrar, pelo que reitera o pedido que foi aqui solicitado. ----------

-------- Referiu, ainda, que o vencimento era este e o que correspondia à verdade e que desconhecia quem informou a Senhora Presidente, mas que, provavelmente, anda muito mal informada.----------

-------- Continuou realçando que esta era a verdade e que o PSD da Praia da Vitória tomará as decisões que entender, tal como o PS também tomará, entendendo que se tratou de um ataque inqualificável e nojento, e que o próprio não merecia isso. - ----------

-------- Concluiu dizendo que, se o quiserem atacar politicamente, ou à estrutura, têm todo o direito de o fazer, mas não admite que ataquem o seu brio profissional e acredita, aliás, que a senhora Presidente, em cerca de dez ou onze anos, presenciou bem esta hombridade e esta ética.----------

-------- A senhora Presidente, relativamente a esta questão, e uma vez que o Vereador Marco Martins lhe fez chegar, agora, os recibos de vencimento, respondeu que, apesar de ter solicitado aos serviços, os recibos de vencimento dos vários funcionários da ASTP – Associação Salão Teatro Praiense, não conseguiram, porém, ter acesso aos mesmos, tal como não conseguiram relativamente a muitos outros documentos referentes à ASTP, bem como a outras empresas, às quais ninguém consegue "apanhar o

fio", mas que têm o orçamento de dois mil e dezoito e, como o Vereador Marco Martins diz que foi contratado em dois mil e dezassete, sugeriu, então, que o senhor Vereador visse o que aí está inscrito e a forma descriminada como colocaram todas as despesas inerentes aos dois departamentos, ou seja, na ata que antecede a nomeação do Vereador Marco Martins e do senhor Marco Monteiro e, portanto, aqui não há mentiras, mas sim dados e deliberações que comprovam que as coisas eram assim, mas se o Vereador Marco Martins está a contrariar com os recibos de vencimento, não lhe vai perguntar e o senhor Vereador já se antecipou e disse que não haviam extras e também não lhe vai perguntar, mas o que ali estava declarado, era isso.----------

-------- Prosseguiu dizendo que, se o senhor Vereador quer um pedido de desculpa, pois acha que também ficava bem, da parte do senhor Vereador, um pedido de desculpa, por todas as vezes em que a chamaram de incompetente, e quanto à alegação de que "não é santo nenhum", refere que não vamos ficar toda a tarde na guerra entre "santos e pecadores", porque até parece que só a própria é que tem pecados, apesar da Presidente da Câmara ter feito muito, considerando o que encontrou aqui, e apesar de saber que o Vereador Marco Martins vai dizer que faria de forma diferente, o que é legitimo, o facto é que também nunca lhe questionou a legitimidade para dizer o que acha e bem entende, até porque, na última Assembleia Municipal, falaram de contratos e de vencimentos, e vieram a público falar da nomeação que a Câmara tinha feito em relação à proteção civil. -- ----------

-------- Referiu também que foi a própria que levantou esta "lebre", porque o que a Câmara fez foi o que está na lei, de uma nomeação prevista e com um valor calculado e, pelos vistos, o que foi do desagrado da bancada do Partido Socialista, foi quando se usou a comparação e está nos documentos, mas não foi este Executivo quem redigiu os documentos e, portanto, pede desculpa, mas se era assim que os documentos eram tratados e era assim que se apresentavam orçamentos, lamenta, mas já foi há alguns anos e da ASTP passou-se para outras empresas, sendo que o tratamento que foi dado, era desta forma, ou seja, foi tratado com muita leviandade. ----------

-------- Continuou dizendo que também já se sentiu atacada e que o bom nome do Vereador Marco Martins vale tanto como o seu, pelo que é preciso que haja moderação e quer respeitar todos, mas também se quer sentir respeitada, porque o bom nome tem de ser para os dois lados e, a honra, todos têm.----------

-------- Ainda sobre esta situação e dizendo que, se o Vereador Marco Martins nunca tinha sido atacado, perguntou quantas vezes é que a própria foi atacada, e que, quando a põem em causa, não põem em causa as suas atitudes, mas o seu caráter, quando a chamam de incompetente, perguntando quantas vezes o Vereador Marco Martins já fez isso e se isso não é ofensivo, acrescentando ainda que, se deve um pedido de desculpa ao senhor Vereador, o senhor Vereador também lhe deve um pedido de desculpas, pelo que, pede-lhe desculpa, mas dizendo-lhe que, o documento que lhe entregou, foi a base para as suas declarações, sendo documentos internos que, mediante as avaliações que têm feito de todas as empresas que estiveram sedeadas e vinculadas a este Município têm situações dessas "aos montes". ----------

-------- Disse, ainda, que, se dividir esse valor por dois, verá o valor que isso dá, porque, no documento constam o valor anual e o valor semestral, com o nome dos dois senhores

à frente, e se não era repartido de igual forma, nisso seria totalmente solidária com o senhor Vereador, porque se calhar deveria ser melhor bonificado, porque tinha muito mais trabalho do que o seu colega, tendo sido assim que trabalharam os dados, pelo que perguntou, se não era assim, como é que o senhor Vereador justifica o que está nesse documento e que, apesar de não estar a pôr em causa o que o senhor Vereador diz, porque trouxe os recibos de vencimento que comprovam o contrário, perguntou como é que o senhor Vereador lhe diz que, o que está nesse documento, não é verdade. ----------

-------- Terminou dizendo que, se o Vereador Marco Martins quiser, pode aceitar os seus pedidos de desculpa, mas, mediante o documento que aí está, no seu entender, também lhe ficaria bem um pedido de desculpas da sua parte.----------

-------- O Vereador Marco Martins interveio dizendo que a senhora Presidente utilizou a palavra "leviandade", mas leviandade foi pegar numa tabela onde aparecem despesas com pessoal, com os diretores Marco Martins, mais Marco Monteiro, orçamentado em cerca de sessenta e nove mil euros, e fazer-se um exercício dividindo esse valor pelos dois e dizer-se que esse era o valor que um dos atuais Vereadores do Partido Socialista, neste caso Marco Martins, recebia, sendo que, o que recebia é o que consta nos recibos de vencimento, reiterando o pedido de obtenção dos recibos, de forma a verificar se recebia mais alguma coisa além do que estava nos recibos que apresentou. ----------

-------- Prosseguiu dizendo que, a senhora Presidente nunca foi pessoalmente atacada, nem pelo próprio, nem por nenhum Vereador do Partido Socialista, mas que, enquanto Presidente de Câmara, está, obviamente, sujeita ao escrutínio, para o bem e para mal, competindo, acima de tudo, aos Vereadores na oposição, neste caso, aos Vereadores do Partido Socialista, fazer esse escrutínio político. ----------

-------- Esclareceu que, quando dizem que a senhora Presidente de Câmara não tem competência para algum *dossier*, para o cargo que ocupa, isso é uma avaliação política e que nunca fizeram ataques pessoais, mas o que foi dito aqui, foi uma mentira, de maneira leviana, pegando numa tabela feita por alguém que se desconhece, mas que, se calhar, seria importante perceber quem a fez.----------

-------- Voltou a reforçar o pedido de apresentação dos recibos de vencimento, embora perceba que nem tudo dependa do Gabinete da Presidência. ----------

-------- Referiu ainda que, uma estrutura como o PSD da Praia da Vitória, com o respeito que lhe merece, não podia avançar só com base neste documento, e não vai discutir, aqui, o que dizem relativamente à área social, porque isso, para si é secundário, mas o quarto parágrafo ataca-o diretamente, quanto a questões de vencimento que não são verdade. ----------

-------- Disse que aceita o pedido de desculpa da senhora Presidente, enquanto Presidente, mas mantém a exigência de que lhe seja apresentado um pedido de desculpa pela estrutura que avançou com o comunicado, face aos documentos que entregou e aos documentos que está a pedir, para que não haja a mínima dúvida, e que, se for feito, será aceite, mas se não for feito, vai avançar para os meios que já referiu. - ----------

---------Salientou que os Vereadores do PS, e a bancada da Assembleia Municipal do PS, certamente já cometeram excessos e que, ao longo dos próximos dois anos e meio, provavelmente também irão cometer, mas garante que, os excessos que cometeram,

foram involuntários, como também quer acreditar que, do lado do PSD, também serão involuntários. ----------

-------- Prosseguiu dizendo que, os considerandos e as avaliações do PS, são do ponto de vista técnico-político mas, dizer que recebia acima de um vereador, já não é um comentário técnico-político, sendo que era incapaz de fazer o que fizeram com base numa tabela dessas, porque o que diz nessa tabela é "diretores Marco Martins e Marco Monteiro" e, depois, tem rubricas desagregadas por mês, e por semestre e, com base nisso e sem acesso a nenhum recibo de vencimentos, avançaram com um comunicado desses.----------

-------- Mais referiu que, em relação ao Gabinete da Presidência, em relação aos seus colegas Vereadores aqui presentes, em relação à senhora Presidente, se alguma vez se sentiram ofendidos com alguma coisa, não tem pudor nenhum em pedir desculpa e que, quem o conhece, sabe que são considerandos políticos, mas aqui ultrapassa-se, obviamente e em larga escala, esta situação e, aliás, houve pessoas, que nem são da sua família política, mas do PSD e que o abordaram a dizer que não se reviam minimamente naquele tipo de comunicado, até porque o seu próprio discurso nunca foi no sentido de que "neste lado estão os bons e desse lado estão os maus", porque há pessoas extremamente competentes do lado do PSD, como há pessoas competentes nos partidos todos.----------

-------- Continuou dizendo que, até admite que a senhora Presidente lhe diga que entende que o próprio não tem capacidade para ser bom Vereador, porque o perfil que a senhora Presidente identifica para um vereador e, eventualmente, para um presidente de Câmara, será bastante diferente do seu, tendo o direito de o dizer, mas não é isso que está aqui em causa e tem a certeza que a maioria das pessoas que estão aqui, não se revêm neste tipo de discurso.----------

-------- Disse, ainda, que fazia votos para que, nos próximos dois anos e meio, continue a elevação que, na sua opinião, pautou a discussão política, apesar de já terem tido reuniões mais pacíficas do que outras, o que é perfeitamente legitimo, mas que seja com base na opinião política, ou em considerandos onde se tem a absoluta certeza daquilo que estão a dizer e que aqui não entre relatividade nenhuma, porque não recebia aquele valor e, assim sendo, não acha minimamente correto, que lhe digam aquilo, porque uma questão é a disputa política, e outra, são as relações pessoais, que, essas, preserva.--------

-------- Sublinhou que a sua crítica acérrima não é para qualquer pessoa em concreto, mas sim para a estrutura em si, porque isso não pode admitir, como também não admite, ao seu partido, que se entre nesse tipo de discurso, porque a sua defesa é pela verdade, ou seja, o que recebe é isto, e se querem publicar tudo o que for relacionado com os seus vencimentos, ou com a atividade política, que publiquem à vontade.----------

-------- Terminou dizendo que tinha o máximo respeito pelo atual Executivo, funções extremamente difíceis, com a situação complicada que tiveram, e que também já lhe disseram que foi alarmista em relação aos despedimentos, mas só seria alarmista se não houvesse despedimentos e que já lhes disseram, várias vezes, que o PS não apresentou uma única proposta, mas, há cerca de um mês, elencaram aqui várias propostas e, aceita que digam que não concordam com as propostas, ou que digam que são inexequíveis, porque isso são afirmações políticas, não tendo que se sentir melindrado a nível pessoal,

mas, no entanto, aqui ultrapassou-se tudo, pelo que tem toda a legitimidade para ter este discurso mais veemente, tal como terá qualquer dos seus colegas, se acharem que se entrou no mesmo campo, e não seria ético, nem sério, da sua parte, achar o contrário. ----
-------- Concluiu dizendo que, quer tão bem para a Praia como a senhora Presidente quer, como os colegas da senhora Presidente querem e como os seus colegas querem, ainda que por caminhos diferentes. ----------
-------- Reforçou que essa situação lhe custou muito, porque há uma diferença quando estamos perante avaliações político-partidárias, ou quando são avaliações técnicas, que, aqui, correspondem a uma verdadeira mentira, quando se avança com a afirmação de que recebia mais do que um vereador em regime exclusividade, o que, além do mais, significaria que era parvo, porque esteve dezasseis meses em funções e, depois, saiu para a Segurança Social, através de um concurso, onde ia receber pouco mais de um terço disso. ----------
-------- Por fim, disse que este triste incidente servia de lição, também para todos, e que todos devem ter mais cuidado a avaliar e que não seja com base numa tabela e numa regra de três simples. ----------
-------- Voltou a reiterar que tem o máximo de respeito por todas as pessoas presentes e em todas as estruturas políticas, mesmo as que não estão aqui representadas, mas, porém, há uma “linha vermelha” e mentiras não admite. ----------
-------- A senhora Presidente referiu que o Vereador Marco Martins tem um benefício que, nenhum dos que aqui estão, tem, ou seja, o de já ter feito parte desta casa, e isso não pode apagar, porque teve um percurso aqui dentro e, como o Vereador Marco Martins bem disse e enumerou, os regulamentos dos apoios à habitação, sendo que todos os regulamentos desta casa precisam ser revistos e, todas as vezes que pegam neles, há sempre coisas a melhorar, pois ainda bem que os trabalhou.----------
-------- Salientou que, também não tem razão para criticar, e não lisonjear, o trabalho que foi desenvolvido, porque, como deve recordar-se, nessa altura, a própria estava na Segurança Social e deram-se conta do quanto tinha melhorado a articulação com os serviços, mas, no entanto, o Vereador Marco Martins tem de ver que, o percurso que fez, mostra que tem um vínculo e, por isso, existem recibos de vencimento e, mais uma vez, lhe diz que os recibos de vencimento não estão na posse do Executivo, mas que ainda vão tendo as atas, porque, infelizmente e no que diz respeito a estas sociedades e à empresa municipal Praia em Movimento muita coisa desapareceu, sabe-se lá porquê, mas, contudo, são estes os documentos que estão na posse do Executivo, e, no seu entender, quando o Vereador Marco Martins se refere a tanta incompetência, devia dizer que, os mesmos incompetentes, estão a “lutar” contra uma situação insustentável que encontraram. ----------
-------- Continuou dizendo que, quando se refere aos Vereadores do Partido Socialista, há momentos em que o Vereador Marco Martins diz que não têm nada a ver com isso, porque isso está para trás, mas o certo é que são os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista e as responsabilidades que aqui estão, são todas do Partido Socialista, porque foi o Partido Socialista que conduziu ao ponto em que se encontram. ----------
-------- Disse, ainda, que, podem não querer ouvir falar do passado, mas este está a influenciar grandemente o presente, e a condicionar o futuro e, que quem esteve, há

muitos anos, a liderar esta Câmara e entendeu que estava a perspetivar um futuro risonho, ora vejam para onde nos levaram.----------

-------- Continuou dizendo acreditar que o Vereador Marco Martins teve muito boa intenção em trabalhar a área social dentro deste Município, mas também era preciso que se tivesse avaliado a sustentabilidade de tudo o que foi gerado e isso não aconteceu, porque, se tivessem feito contas a sério, não estávamos como estamos agora. ----------

-------- Prosseguiu esclarecendo que, se a forma como fizeram a distribuição dos valores que estão nesse mapeamento, que constam nas atas, não são as reais, pede desculpa, porque tal e qual como os valores que aí constam, estão sujeitos aos descontos para a Segurança Social, é exatamente igual para o ordenado dos Vereadores, todos estão sujeitos a isso. ----------

-------- Referiu que também concorda com o Vereador Marco Martins quando diz que são muito mal pagos, mas não faz ideia como é que essa divisão era feita, nem como se organizavam esses valores e, por isso lhe diz que, as suas declarações são em consequência dos dados que tem, e, para além disso, também lhe diz que, se o Vereador Marco Martins fosse beneficiado, acha muito bem, perante as responsabilidades que tinha, que eram acrescidas em relação às do seu colega, mas, no entanto, não lhe pode retirar um ónus que o Vereador Marco Martins tem e que resulta de ter estado do lado de cá, questionando se não tinha conhecimento da forma como o Município estava a ser conduzido e como as coisas eram feitas, e se acha que não deve usar a palavra "leviandade", depois de tudo o que têm encontrado, pois o que mais encontram são problemas, tal como o simples edifício que não pertence a uma entidade e foi construído no chão de outra, e coisas que não lembram a ninguém e que estão, há mais de um ano, a tentar solucionar e que deviam ter sido melhor pensadas e avaliadas. ----------

-------- Continuou referindo que não está a dizer que o Vereador Marco Martins tem defeitos e que, a própria, não os tem, mas não podem é pô-la como "pecadora" sozinha, porque isso não é. ----------

-------- Disse, ainda, que, foi o Vereador Marco Martins quem levantou a lebre e quando diz que não foi ofensivo, mas já o foi aqui dentro, porque acusou a senhora Vereadora de faltar à verdade e quem acusa uma pessoa de faltar à verdade, está a chamá-la de mentirosa e o senhor Vereador já fez isso, usando palavras duras, na forma como escreve, para atingir e, como o Vereador Marco Martins bem diz, "quem não se sente, não é filho de boa gente" e, quando está a atingir politicamente, também está a atingir pessoalmente e, portanto, pode servir de lição para a sua pessoa, mas que sirva de lição, também, para o senhor Vereador.----------

-------- Sobre os artigos de opinião, referiu que, neste momento, não tem tempo para os fazer, mas que também tem opiniões.----------

-------- Relativamente aos contributos da parte dos Vereadores do Partido Socialista, reconheceu que eles existem, mas não quanto à solução para a situação financeira gravíssima que se vive aqui dentro, porque não basta controlar os valores de combustível, nem são as pequenas coisas que apresentaram, que irão dar sustentabilidade ao Município da Praia da Vitória, e apesar de terem enumerado muitas outras propostas, que não pode precisar agora, mas não são o suficiente para manter o que aqui está, pois está-se a viver uma situação muito grave.----------

-------- Disse, ainda, que alguém podia ter posto travão nisto e, por mais que não queiram ouvir, foi o Partido Socialista, e já conhece minimamente o Vereador Marco Martins para saber que também não concorda com tudo o que foi feito, e que faria de forma diferente, mas foi feito e o senhor Vereador, como representante do Partido Socialista, é que tem, agora, de assumir estas responsabilidades, porquanto foram estes os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista e foram os mesmos que defenderam o Partido Socialista, o que quer dizer que defenderam tudo o que foi feito até aqui e concordaram com todo o caminho que foi seguido até agora.----------

-------- Sobre a falta de transparência, disse que o cúmulo da falta de transparência foi o que aconteceu até este Executivo chegar e começar a mostrar a situação às pessoas, ainda que, de alguma forma, isso vá contra a vontade dos senhores Vereadores da oposição, mas, se há coisa que não tem faltado, é transparência. ----------

-------- Continuou dizendo que se trabalha muito aqui, mas também se aprende muito, porque também não tem qualquer problema em dizer que tem muitas fragilidades, mas o Vereador Marco Martins também a conhece e sabe que é esforçada e trabalhadora e, portanto, se o senhor Vereador tem considerações positivas em relação à sua pessoa, também as tem em relação ao senhor Vereador. ----------

-------- Voltou a reforçar que as declarações foram feitas com base nos documentos que dispõem e perguntou como eram, então, trabalhados os orçamentos do setor pelo qual o Vereador Marco Martins era responsável, de forma partilhada com o colega neles referido e que, se não for assim, pede desculpa, mas não têm recibos de vencimentos e bem sabiam que havia muitas bonificações, mas o Vereador Marco Martins começou logo por dizer que não as havia, pelo que não vai, tão pouco, contestar se houve ou não, mas que benesses e bonificações, aqui dentro, foram muitas e, aquelas que estão comprovadas, as entidades hão de avaliar, mas tem de se aprender a tecer considerações mediante os dados que têm e foi isso que foi feito. ----------

-------- Prosseguiu dizendo que, se o Vereador Marco Martins quer um pedido de desculpas da sua parte, que aceite o seu pedido de desculpas, mas, no entanto, também pense muito bem que, tal como o senhor Vereador é marido e pai, a própria também é mulher e mãe e, acrescenta que também é filha, pelo que pense na forma como se dirige à sua pessoa e na forma como coloca as coisas ou, principalmente, à senhora Vereadora, que quantas vezes já foi atacada pelo Vereador Marco Martins, em artigos de opinião, e põe isto só como se fossem considerações políticas e, portanto, o bom nome e a honra do senhor Vereador não estão acima de ninguém do Executivo, pelo que sejamos todos tratados de igual forma e que se encerre o assunto por aqui.- ----------

-------- Referiu, também, que não vai dizer o que lhe apetece de cor e não vai dizer ao Vereador Marco Martins que os seus recibos de vencimento não valem nada, porque eles nem sequer existem no universo da Câmara, ou seja, a documentação desapareceu, sabe-se lá porquê e, portanto, a documentação que conseguiram encontrar, muito lhes tem valido, mas muita outra documentação desapareceu e certas e determinadas coisas desapareceram de forma que ninguém consegue perceber, mas, no entanto, não vão discutir política quando têm questões muito importantes para debater, relativas ao Município.----------

-------- Disse, ainda, que, se calhar, o que precisam é conversar, mas fora deste âmbito, porque têm muita capacidade para o fazer e para clarificar certas e determinadas coisas, sendo que não tem problema, absolutamente, nenhum em fazê-lo, caso o Vereador Marco Martins entenda que também tem de moderar a forma como se dirige às pessoas, pelo que, no seu entender, ficam quites, mas também conhece o senhor Vereador o suficiente para perceber o que o está a aguçar para isso, mas ambições todos têm, o senhor Vereador pode ter e continuar a alimentá-las e não lhe deseja insucesso, muito pelo contrário. ----------

-------- Acrescentou que, sempre respeitou o senhor Vereador na evolução que teve, mas pensou que ia fazer a mesma coisa consigo, mas aconteceu algo que o senhor Vereador não esperava, porque as pessoas votaram e estão aqui e, por isso, não têm de ser desrespeitados, sem prejuízo das críticas e dos apontamentos para que se possa melhorar, sendo que, por diversas vezes, já tomou nota dessas situações, para terem em consideração aquilo que lhes trazem. ----------

-------- O Vereador Marco Martins, relativamente ao repto da senhora Presidente no sentido de falarem num contexto, provavelmente, mais informal, disse que aceita e que a bancada dos Vereadores do Partido Socialista aceita, e quem tiver, obviamente, essa vontade.----------

-------- Voltou a dizer que, da parte dos Vereadores do Partido Socialista, a senhora Presidente, os senhores Vereadores, bem como os Vereadores do Partido Socialista, estão sujeitos ao escrutínio e à opinião de qualquer pessoa e que não compete a nenhum dos presentes definir a opinião de cada um.----------

-------- Prosseguiu dizendo que, os considerandos dos Partido Socialista são políticos e, aqui, estão a falar de uma mentira e, em relação a essa mentira, está disponível para, se for necessário, dirigir-se à Segurança Social, para pedir o seu extrato de descontos, mesmo em relação a bonificações e a tudo, e se for mais um cêntimo do que o que está nos subsídios, aí será o mentiroso, calunioso e aquele que não está a ser sério.----------

-------- Confirmou que fez parte da equipa do Grupo Municipal, com muito orgulho, sendo que, muitas pessoas que lideravam o Município, designadamente presidentes e vereadores, ouviram da sua boca opiniões bastante divergentes em relação a vários assuntos, porque pensa pela sua cabeça e não pela cabeça de ninguém, e que também erra e que, olhando para trás, mudava algumas coisas e que ainda vai errar mais vezes. --

-------- Destacou que tem muito orgulho em pertencer ao Partido Socialista, e que a sua matriz ideológica é de centro-esquerda e será sempre e que, porém, os partidos são feitos por pessoas, umas identificam-se mais, outras nem tanto, e tem um orgulho enorme na herança que o Partido Socialista, em dezasseis anos, deixou na Praia da Vitória, o edificado que deixou, a qualificação da área social, basta olhar para o que eram as freguesias, a coesão territorial, há vinte anos atrás e o que é agora, com os serviços que estão sedeados nas freguesias.----------

-------- Continuou dizendo que, a situação financeira do Município o preocupa, e se calhar, noutros timings, tomava decisões relativamente diferentes, mas, no entanto, a senhora Presidente ganhou as eleições, e tem de resolver os problemas e se, daqui a dois ou três anos, ou daqui a dois meses, quiser refugiar-se no passado, é legitimo que o faça, como é legitimo o discurso dos Vereadores do Partido Socialista, de olharem para o

futuro sem escamotear nada do passado e, aliás, não tem problemas nenhuns em dizer que esteve dezassete meses na ASTP e com muito orgulho no que foi feito, sabendo que muitas coisas estavam por fazer.----------

--------Relativamente ao RGPD – Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, disse que muito se tem falado, aqui, do mesmo, no âmbito da publicação das atas, mas a verdade é que este é um documento a que uma estrutura partidária teve acesso, com nomes e salários e, apesar de não querer entrar por aí, mas pede atenção à documentação a que se tem acesso e que convém confirmar essa documentação.----------

--------Referiu, novamente, que, apesar de não ter obrigação nenhuma disso, mas se quiserem falar consigo e se tiver de apresentar documentos, designadamente o extrato da Segurança Social, apresentará, e podem falar também com os responsáveis da altura na área administrativa, e quanto a toda a documentação que estiver em seu nome, dá carta branca para que possa ser consultada, mesmo que o RGPD diga o contrário, que lhe entreguem a documentação que, depois, entrega ao PSD.----------

--------Voltou a dizer que se alguém, alguma vez, se sentiu ofendido não terá problemas nenhuns em pedir desculpas, se não o disse na altura certa, mas, nesta situação, é uma mentira clara, que, no seu entender, fica desmentida neste momento e também já disse que aceita o pedido de desculpa da parte da senhora Presidente, mas fica a aguardar o mesmo da parte da estrutura partidária, ainda que esta não esteja obrigada a fazê-lo, mas que, se não o fizerem, vai avançar para as instâncias competentes, como, da parte do PSD, terão todo o direito de fazer, caso entendam que o próprio também ultrapassou os limites.----------

--------A senhora Presidente respondeu que, a mesma pessoa que tem acesso a essa documentação é exatamente, e como o Vereador Marco Martins bem sabe, a representante dessa estrutura e, portanto, essa documentação não esteve na mão de ninguém, porque se há coisa com que tem preocupação, é com o cumprimento da legislação do RGPD, pois já trabalhou o suficiente para perceber o quanto isso não pode chegar à mão de ninguém.----------

--------Referiu, ainda, que, o senhor vereador acabou de dizer que a representante é a própria e, portanto, e obviamente, que foi com base nas declarações da própria que aquilo foi construído, pelo que não há situação de documento nenhum, e que também podia não ter entregue o documento ao senhor Vereador, porque também não sabe o que é que vai fazer com o mesmo, à semelhança de outras coisas que já foram entregues aqui, como também já afirmaram que, os documentos que são entregues aqui, são para serem tratados aqui.----------

--------Terminou dizendo que tem documentos para entregar, designadamente, a ata mencionada anteriormente e que não foi este Executivo que a redigiu, pois não fazia parte de nada nessa altura, nem tão pouco fazia ideia do que aí estava e faziam-se orçamentos dessa forma e que já perceberam que há coisas que estão pouco claras, mas enquanto líder da concelhia da Praia da Vitória, falará com o senhor Vereador fora deste âmbito.----------

--------O Vereador Marco Martins disse que, relativamente ao Terceira Tech Island e com a presença recente do Dr. Duarte Freitas, tiveram a confirmação de que a Câmara

do Comércio de Angra do Heroísmo irá entrar na gestão do mesmo, questionando em que termos tal acontecerá e qual o papel que essa estrutura irá assumir. ----------

-------- Sobre essa questão, a senhora Presidente respondeu que está a ser preparado um regulamento interno para que se possa trabalhar o TTI de forma mais coadunada à realidade e, até mesmo, no sentido evolutivo e, nesse sentido, o próprio Governo, representado pelo senhor Secretário, Dr. Duarte Freitas, entendeu que a envolvência da Câmara do Comércio podia ser um benefício, no sentido de poder trabalhar a captação das empresas, face à proximidade e liderança que já tem na Câmara do Comércio, com contactos com várias empresas, e que poderia ser uma mais valia juntar-se a este projeto, mantendo a Câmara Municipal a gestão de todos os espaços e o acompanhamento das empresas e das estruturas que possam vir a surgir e, nesse sentido, fariam um trabalho partilhado. ----------

-------- Prosseguiu referindo que, na tentativa de se começar a trabalhar o esboço do regulamento, tiveram uma primeira reunião com a Câmara do Comércio, e trocaram opiniões, mas esse documento ainda não está validado, tendo que ser muito melhorado para, depois, se poder firmar um protocolo conjunto do trabalho e desta nova dinâmica, mas, até lá e enquanto isso não existir, mantém-se exatamente o mesmo registo, ou seja, a Câmara Municipal a fazer todo o acompanhamento às empresas como tem sido até aqui. -- ----------

-------- Continuou dizendo que presume que, com o decorrer dos meses, poderão não ter esta situação fechada até ao final do ano, até porque, depois, também obriga a nova inscrição em orçamento, mas vão trabalhar para que, pelo menos até ao final do mês de outubro ou novembro, esta situação esteja minimamente orientada e a regulamentação validada, por parte da Secretaria, para que, depois, também possa estar incluída em sede de orçamento, porque isso é, obviamente, importante. ----------

-------- Referiu, também, que, quando o Dr. Duarte Freitas faz essa referência, fá-lo no sentido de apresentar esta nova posição, que pode vir a surgir e que pode ser uma mais valia na dinamização deste projeto e, nesse sentido, mostra que, o que se quer, é que o projeto em si possa ganhar outro peso e evoluir, e não estagnar, nem morrer, que é a acusação que tem vindo a ser feita. ----------

-------- Disse, ainda, que também já justificou aqui, por diversas vezes, que as empresas que, de alguma forma, entenderam deixar de ter vínculo ao TTI, fizeram-no de forma autónoma, por escolha das empresas e não por qualquer tipo de falha de acompanhamento, quer da parte do Governo, quer pela Câmara, dando, como exemplo, o caso de uma empresa que estava sediada no edifício onde, neste momento, estão as instalações da Câmara, cuja empresa, querendo permanecer na Praia, pretendiam que a Câmara lhes cedesse um espaço com exatamente as mesmas características, porque gostavam do espaço onde estavam sediados, sendo que a Câmara não conseguiu corresponder às necessidades e exigências que a própria empresa fez e, portanto, há situações em que, por mais que tivessem tentado e contado com a colaboração do Chefe de Divisão, que é um técnico com bastantes anos de acompanhamento de toda esta situação e que faz este acompanhamento de perto e em conjunto com a técnica que está a acompanhar as empresas, conhecendo, ambos, todos os espaços existentes na Praia da Vitória, tentam apresentá-los sempre de forma a que as pessoas os vejam como uma

mais valia para se sediarem, bem como fazer a gestão e a transição de alguns espaços, como foi o caso do espaço agora inaugurado, para uma empresa que conseguiu investir num número maior de programadores e precisava de espaço para se expandir, tendo sido feita a proposta de alteração de espaço e de cedência do espaço onde estava a outra empresa. ----------

-------- Em suma, disse que esta gestão tem de ser feita, que são dinheiros públicos que estão a ser assumidos e que obrigam, também, a ter uma proximidade e a perceber que há espaços abertos, com dois ou tês programadores, que podem ser rentabilizados com outras empresas que têm mais programadores e, nesse sentido, estão a fazer uma avaliação e a propor a reafectação a novos espaços, o que, felizmente, tem corrido bem, porque também sabem quais os espaços que vão ficando disponíveis, os que estão melhor preparados e que se tornam mais apetecíveis para algumas empresas, algumas das quais têm evoluído de forma positiva, mas, infelizmente, também houve outras que evoluíram de forma negativa. ----------

-------- Acrescentou que, mediante a situação do COVID, houve empresas que se mantiveram a laborar unicamente em casa, outras entenderam que este não era o percurso que deveriam continuar e abandonaram o projeto, havendo ainda outra empresa que entendeu sediar-se na ilha de São Miguel e, portanto, isto tudo é conversado e avaliado, sendo da total responsabilidade das empresas, a sua decisão de sair, sendo que nenhuma delas teceu qualquer tipo de crítica no sentido de que teriam perdido qualquer tipo de colaboração, quer da parte do Município, quer da parte do Governo Regional. ----------

-------- Disse, ainda, que isto são situações com as quais podem continuar a deparar-se, apesar de acreditarem que isso não vá acontecer, e que continuam a existir alguns espaços e empresas com a intenção de se sediarem cá, sendo nesse sentido que vão continuar a trabalhar. ----------

-------- Concluiu dizendo que, da parte da Câmara, é este o trabalho que está a ser feito, ainda sem a envolvência da Câmara do Comércio, mas já com uma aproximação, por forma a protocolar e definir a envolvência e responsabilidade de cada entidade, o que ficará, posteriormente, firmado em documento, mediante a validação de ambas as partes. ----------

-------- O Vereador Marco Martins interveio referindo que, quando o senhor Secretário Regional, Dr. Duarte Freitas, esteve cá, até houve, publicamente, alguns comentários de que, finalmente, uma empresa se havia sediado na Praia da Vitória, mas, afinal não se sediou, apenas mudou de instalações, pelo que imagina o aparato que vai ser quando se sediarem as duas ou três, como a Senhora Presidente já fala há vários meses, mas podem vir e ainda bem, porque são sempre bem-vindos à Praia da Vitória, quem vier por bem, mas, no entanto e este é um considerando só político, deu-se grande mediatismo apenas para falar num regulamento e numa alteração de gabinetes, com uma mensagem que quase dava a entender que era uma nova empresa, sendo esta uma crítica política que também faz, como tem deixado, aqui, o repto para não se deixar cair o TTI, porque é preciso bem mais do que isso, ou seja, do que a vinda de um Secretário Regional, para a inauguração de uma mudança de instalações, ou então, e pelo menos, que se assuma ser isso que se está cá a fazer. ----------

--------Terminou dizendo que, a Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo representa, no seu leque de funções, uma área geográfica que, obviamente, vai além das fronteiras da Praia da Vitória e questionou se o seu papel no TTI e na área tecnológica, será circunscrito à captação de investimento e de empresas para a Praia da Vitória, ou aberto à sua área de atuação. ----------

--------Quanto a essa questão, a senhora Presidente respondeu que, o que está proposto é unicamente para a Praia da Vitória, ou seja, o projeto é para ser defendido ao nível da Praia da Vitória e, portanto, como ainda nada está fechado e o regulamento está a ser criado, é prematuro apresentar aqui as diretrizes que vão ser homologadas e, quando isso estiver decidido, a Câmara da Praia vai ter uma palavra, mas não vai ser a única. ----

--------Continuou dizendo que nunca houve nada perfeito, mas, com todos os exemplos que têm à sua volta, resta-nos poder ter algum processo de crescimento e ir vendo as identificações, o que se acha correto e menos correto e, depois e legitimamente, tomarem-se as decisões, mesmo quando possam não ser do agrado e da concordância de todos.- ----------

--------No que se refere à envolvência da Câmara do Comércio no TTI, disse que, obviamente, não pode ser para prejudicar o concelho da Praia da Vitória, e que a Câmara Municipal vai rebater intransigentemente o que possa prejudicar o concelho da Praia da Vitória. ----------

--------Concluiu dizendo que, é essa a sua posição e o seu parecer em relação a algumas alíneas e considerações que já estão a ser colocadas nesse regulamento, com vista à constituição do protocolo, mas, contudo e obviamente, isso será negociado entre as partes, mas não quer entrar em choque com nenhuma destas entidades, acrescentando que o Governo Regional faz a sustentação deste projeto há vários anos e que este Executivo, quando chegou, reconheceu imediatamente a importância de uma regulamentação para o Terceira Tech Island, porque não havia base à qual se pudesse agarrar e sustentar decisões em relação a esta matéria, tendo, sempre, dito isso aos Secretários com esta tutela, ou seja, que isto deveria ser trabalhado de outra forma.-------

--------Salientou, ainda, que uma das preocupações que já manifestou foi em relação à componente formativa, que deixa de ter vinculação à Secretaria do Dr. Duarte Freitas (Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública) e passa para a Secretaria da Dr.ª Maria João Carreiro (Secretaria Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego), sendo que, obviamente, faz todo o sentido que haja envolvência de ambas as Secretarias para se poder sustentar da melhor forma este projeto e, portanto, são várias as preocupações, estando aqui para lidar com os dois Secretários e em conjunto com a Câmara de Comércio, para tomarem as melhores decisões. ----------

--------Terminou dizendo que, assim que tiverem mais desenvolvimentos, dará conhecimento dos mesmos, sendo que, ainda nos últimos dias, deu seguimento a um pedido para uma pequena reestruturação, para que mais duas empresas se possam sediar no Centro Comercial da Praia, empresas mais pequenas, que estão a começar agora e que se apresentam com um baixo número de programadores, mas com vontade de evoluir, e que, o acompanhamento que a Câmara tem de fazer é mesmo esse, ou seja, dar-lhes todas as condições para que se fixem, sediem e iniciem trabalho e, caso venham

a evoluir, que a Câmara tenha espaços preparados para se ir fazendo essa transição, com o melhor acompanhamento, tendo sido esse o desígnio desde o início, sendo dessa forma que têm trabalhado, numa ótica de proximidade que, anteriormente, não existia e que, no seu entender, tem corrido muito bem. ----------

-------- O Vereador Marco Martins interveio dizendo que discordava da parte final da intervenção da senhora Presidente e disse acreditar que, quer do Governo Regional, quer da Câmara Municipal, há vontade em manter e melhorar o TTI, mas o facto é que, desde a tomada de posse deste Governo Regional, nenhuma empresa se sediou na Praia da Vitória.----------

-------- Terminou dizendo que, mais do que discursos de boa vontade, é preciso efetivar, e que, obviamente, o saldo é mais do que negativo e que, pelos dados que têm, nenhuma empresa se terá sediado.----------

-------- Seguidamente, o Vereador Marco Martins questionou o ponto de situação referente à entrega documentação solicitada, ao Gabinete da Presidência, pelo Vereador Berto Messias, designadamente sobre correspondência trocada entre a Câmara e o FAM – Fundo de Apoio Municipal, e ao protocolo entre a Cooperativa e a TTP – Tertúlia Tauromáquica Praiense.----------

-------- A senhora Presidente entregou a documentação em causa. ----------

-------- A senhora Presidente disse que, conforme deu nota na última reunião de Câmara, de que iria ao Ministério do Ambiente e face também às questões que o Vereador Berto Messias teria colocado e às declarações que proferiu, em relação à matéria da descontaminação e à ausência de respostas por parte daquele Ministério, que traziam algumas preocupações ao concelho da Praia da Vitória, disse que, no último dia vinte e quatro, esteve reunida com o senhor Secretário de Estado, arquiteto Hugo Pires, considerando que não foi possível reunir com o senhor Ministro, tendo abordado, obviamente, as situações que os preocupava e, principalmente, o protocolo dos quatro milhões e seiscentos mil euros, contratualizados com o Município, tendo havido o reconhecimento, da parte do senhor Secretário de Estado e dos elementos do seu Gabinete que o acompanhavam, bem como da representante do senhor Ministro que tem à sua responsabilidade o Fundo Ambiental, para se poderem tirar as dúvidas em relação a esta matéria.----------

-------- Continuou dizendo que, da sua parte também se desculpou por ter dado nota pública sobre esta situação, mas o que é certo é que, só depois do Município ter dado nota pública, houve o reconhecimento da situação e tiveram direito ao agendamento de uma reunião, tendo sido apresentado o ofício remetido há um ano, mais concretamente, a treze de maio de dois mil e vinte e dois, ou seja, já há um ano que andavam a tentar entrar em contacto para poderem ser ouvidos em relação a esta matéria e, portanto e passado um ano, numa obra desta natureza e, depois, vir o Ministério apresentar as declarações de que o Município nunca apresentou despesa em relação a esta situação e que também já teriam agendado uma conversação com o Município, o que também não é verdade e, portanto, não gostou de ouvir o que não era correto, tendo sido uma situação em que, no seu entender, o Ministério não teve o melhor procedimento, como o

mesmo acabou por reconhecer, porque o Município fez várias abordagens e foram vários os contactos que o Gabinete da Presidência fez com o Gabinete do senhor Ministro, sem qualquer tipo de resposta. ----------

-------- Continuou dizendo que, ambos tinham o protocolo de cooperação financeira assinado entre o Município e o Fundo Ambiental, que também tiveram oportunidade de enviar ao Vereador Berto Messias, sendo certo que, o contrato estava feito e perante a lei, não há possibilidade do Município fazer transitar este valor para a Praia Ambiente, face à proibição de subsídios ao investimento, não sendo possível correr esse risco e, nesse sentido, queriam abertura, da parte do Ministério, para avaliar este protocolo, pelo que propuseram uma espécie de adenda, porque também tinham conhecimento, face a outras negociações já efetuadas entre ambas as entidades, com a possibilidade de adenda, mas, no entanto, e com o decorrer do tempo, este protocolo envolvia um intervalo de anos que não foi cumprido, ou seja, dois mil e vinte e um e dois mil e vinte e dois, durante o qual nada foi feito, tendo-se, então, proposto ao senhor Secretário de Estado que, na iminência de terem de alterar este protocolo e estando o mesmo inscrito no Orçamento de Estado, porque este valor está inscrito em Orçamento de Estado, e para que a Praia da Vitória não ficasse, de maneira nenhuma, prejudicada, chegou-se a um entendimento, no sentido de se propor um avanço de anos para que este valor também possa ser reavaliado, face ao aumento de todos os preços de mercado, os quais, conforme é do conhecimento geral, se alteraram bastante desde que este valor foi apresentado e, assim sendo, ficaram de fazer chegar esta apreciação, para que, depois, possa ser comparada e se possam repartir estes encargos pelos anos seguintes e, então, tentar fazer este protocolo no próximo ano de dois mil e vinte e quatro, por forma a que, no final deste ano, ele já possa ser inscrito no próximo Orçamento de Estado, fazendo o reconhecimento de que esta matéria é de extrema importância, que o Governo da República está envolvido e que assumiu responsabilidades quanto à mesma. ----------

-------- Continuou referindo que, quando dizem que, além do Município da Praia da Vitória, existem muitos outros municípios, teve de dizer, em defesa da Praia da Vitória, que lamentava, mas que tinha de se olhar para a Praia da Vitória de forma diferente, pois não existe município com o problema que este tem, e daí que o Governo da República também assumiu que, perante tudo o que aqui se vive, exista um tratamento diferenciado. ----------

-------- Prosseguiu dizendo que também tiveram a oportunidade de, perante o senhor Secretário de Estado, valorizar todo o trabalho que tem sido feito entre o Fundo Ambiental e a Praia Ambiente, no que diz respeito à monotorização das análises, sendo muito corretos na forma de trabalhar, sendo paga a monotorização que lhes é entregue e, portanto, o Município não tem referenciações a fazer nesse sentido, mas, uma obra desta natureza, que envolve um valor como este e o Município não tem a possibilidade, porque este contrato foi assinado em setembro de dois mil e vinte e um, sabendo que ia haver eleições no mês seguinte e sem haver aqui a salvaguarda de que a empresa municipal poderia ter acesso a estes fundos para poder desenvolver o que era uma necessidade iminente. ----------

--------Continuou dizendo que é a Praia Ambiente que tem responsabilidade nessa matéria e que há uma delegação que permite à Praia Ambiente assumir estas funções, mas, com este protocolo, redigido desta forma, isso não é permitido. ----------

--------Salientou que foi assumido, por parte do senhor Secretário de Estado, que isto tinha de ser alterado, e que, realmente, desta forma, ninguém queria acabar por fazer algo que não fosse o mais correto e legitimo e como este Município não está disponível para isso, pediu-se a colaboração para uma solução a breve trecho e, portanto, é isso que está a ser tratado para poderem firmar um novo protocolo, substituindo o existente, mas com as devidas condições e referências de que, embora haja a envolvência do Município, a empresa municipal que o Município encarrega de assumir esta matéria é que é a principal financiada.----------

--------Referiu, ainda, que, tiveram, depois, a oportunidade de falar sobre outro protocolo, relacionado com o excedente das obras de Santa Rita/Juncal, em que houve trabalhos a mais em relação a uma empreitada que foi reconhecida pelo Ministério da Defesa e pelo LNEC, onde existe um conjunto de considerações que apresentaram ao senhor Secretário e, nesse sentido, e uma vez que houve o reconhecimento, por parte dos referidos Ministério da Defesa e LNEC, destes trabalhos a mais, e que envolvia matéria contaminada e face às responsabilidades que o Governo assume nesta matéria, ficaram de articular com o Ministério da Defesa para poderem perceber a posição que poderiam tomar em relação a estes valores que foram apresentados como trabalhos a mais.-- ----------

--------Relativamente à empreitada de abastecimento ao Terceira Tech Island, referiu que a empreitada ficou com esta denominação, mas que já não tem nada a ver com o Terceira Tech Island, referindo-se, sim, aos bairros que, como é sabido e inicialmente, quando foi feita esta candidatura, teria sido no sentido de fazer o abastecimento a esses bairros, que poderiam ter sido o polo do desenvolvimento tecnológico, mas que não chegou a ser, mas assim ficou registado e, que, com esta proposta que levaram sobre esta empreitada, que é uma grande empreitada e que tem de ser fechada, no novo quadro, até ao final do ano de dois mil e vinte e dois, aquilo que colocaram à consideração do Ministério foi que, pudessem apoiar o Município, face também à dimensão e a toda a área envolvente ser uma área sensível e que também possam aparecer, aqui, algumas situações de trabalhos a mais, para que pudessem colaborar com o Município ao nível dos encargos da componente não comparticipada, para que a Praia Ambiente pudesse ter alguma folga. ----------

--------Em suma, referiu que foram estas as três propostas que avaliaram em conjunto, numa reunião de quase duas horas, que, da sua parte, entende que foi profícua e que mostrou que têm conhecimento do momento sensível que se vive aqui, sendo que, nesse sentido, os contactos se estreitaram, o que também é importante para o Município, porque, depois de tantas ausências, conseguiram ficar com o contacto firme e direto ao Gabinete do senhor Ministro, para poderem trocar toda a informação, atualizar os dados que têm de ser atualizados e fazerem o melhor acompanhamento. ----------

--------Disse, ainda, acreditar que os Vereadores do Partido Socialista têm noção da importância desta matéria e que não pode ser descurada, sendo nesse sentido que vão continuar a fazer força para que o Ministério do Ambiente possa ser parceiro, porque o

Município não tem capacidade financeira para tratar uma matéria como esta, de forma autónoma, mas, no entanto, não querem estar, de maneira nenhuma, de "costas voltadas", mas, por vezes, temos de nos impor para se poder ter uma solução mais breve, que foi o que aconteceu neste caso, sendo que, exatamente no dia seguinte ao dia em que foram efetuadas as declarações públicas, a Praia Ambiente recebeu um ofício da parte do Ministério da Defesa e a Câmara recebeu, do Gabinete do senhor Ministro, uma proposta de reunião, sendo certo que o senhor Secretário de Estado também fez questão de dizer que também lê notícias, e ainda bem, porque também as lê, mas o que é certo é que, depois de tudo isto, conseguiram lá chegar e tratar este assunto da forma como tem de ser tratado. ----------

-------- Concluiu dizendo que vão contar que o protocolo não cai só por cair, que há uma transição, uma vez que há o compromisso de voltar a inscrever no Orçamento de Estado, com o reajuste mediante os preços que estão a ser praticados no mercado e com a legitimidade da entidade, que tem de ser a Praia Ambiente a envolvida, para se poder então, depois de o firmar, dar seguimento porque têm noção de que é muito importante fazer esta intervenção. ----------

-------- O Vereador Marco Martins reconheceu que, de facto, é pena que este dinheiro já não esteja disponível, mas percebem os constrangimentos. ----------

-------- Referiu, também, que o posicionamento dos Vereadores do Partido Socialista em relação ao Governo Regional e a exigência de olhar para a Praia da Vitória com uma discriminação positiva, tendo em conta o *downsizing* da Base das Lajes e a contaminação dos solos, é a de que tem de estar em pé de igualdade com a República, ou seja, enquanto Vereadores da oposição, o seu papel, junto do Governo Regional e junto da República e naquilo que lhes for possível, é pugnar para que sejam cumpridos os protocolos e que se invista na Praia da Vitória, que se olhe para a Praia da Vitória como deve ser olhada e não como um favor, porque a Praia já deu muito, e tem ainda muito para dar, e que, por situações que, em muitos casos, são alheios e que muito a prejudicou, em contraponto com a Região e com o País, merece que seja positivamente discriminada e, tanto numa instância, como noutra, estão aqui para defender os interesse da Praia da Vitória. ----------

-------- No que se refere ao primeiro ponto abordado neste período antes da ordem do dia, o Vereador Marco Martins convidou os presentes a assistirem a um debate que ocorreu há uns anos, por altura de umas eleições a nível nacional, entre duas pessoas bastante distantes de si ideologicamente, mas que respeita, o qual foi um debate dos mais abrasivos que já viu, mas, no entanto, essas pessoas contam que saíram dali e que foram jantar juntos e que a amizade ficou preservada. ----------

-------- Referiu, ainda, que acredita que todos concordam que as suas famílias e as relações de amizade são bem mais importantes do que a política, com todo o valor que dá à política, porque a política mexe com tudo, mas que saibamos todos separar águas e que, perante alguma ofensa, ou alguma crítica, tentar perceber, pelo menos, que o que aquela pessoa disse, não foi para magoar alguém pessoalmente, embora, algumas vezes, as pessoas se sintam pessoalmente magoadas, mas que haja, obviamente, uma "linha vermelha" para todos, e que há valores e situações bem mais importantes do que estas

discussões que aqui ocorrem, porque as relações humanas, os valores familiares e a dignidade das pessoas, estão acima de tudo o resto. ----------

-------- A nível de discussão política disse que, cada um e cada partido, tem os seus instrumentos para fazerem a sua defesa e, neste caso, os praienses, daqui a dois anos e meio, irão avaliar um lado e outro e serão soberanos. ----------

-------- Terminou referindo que, de facto, é bastante ambicioso em relação a duas pessoas, para as fazer as mais felizes do mundo, que são os seus dois filhos, sendo que o resto é perfeitamente secundário. ----------

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

-------- A Câmara tomou conhecimento dos seguintes documentos: ----------

-------- Listagem de licenciamentos de obras particulares devidamente concluídos, a qual faz parte integrante desta ata.----------

-------- (01/12) JUSTIFICAÇÃO DE FALTA E PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DO VEREADOR BERTO JOSÉ BRANCO MESSIAS: ----------

-------- Email datado de 30 de maio em curso, de Berto José Branco Messias, comunicando que, nos termos do disposto no nº 1 e 2 do artigo 78º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, não pode estar presente na reunião de câmara do dia 31 de maio de 2023, pelo que solicita a sua substituição, conforme determina o nº 1 daquele preceito legal, em conjugação com o disposto no artigo 79º, pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista. -- ----------

-------- A Câmara tomou conhecimento. ----------

-------- (02/12) JUSTIFICAÇÃO DE FALTA E PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DA VEREADORA ISMÉNIA CARVALHO LANDEIRO ALVES: ----------

-------- Email datado de 30 de maio em curso, de Isménia Carvalho Landeiro Alves, comunicando que, nos termos do disposto no nº 1 e 2 do artigo 78º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, não pode estar presente na reunião do dia 31 de maio de 2023, pelo que solicita a sua substituição, conforme determina o nº 1 daquele preceito legal, em conjugação com o disposto no artigo 79º, pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista. ----------

-------- Email datado de 30 de maio corrente, de Nuno Miguel Leal Ribeiro, comunicando que, nos termos do disposto no nº 1 e 2 do artigo 78º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, não pode estar presente na reunião do dia 31 de maio de 2023, pelo que solicita a sua substituição,

conforme determina o nº 1 daquele preceito legal, em conjugação com o disposto no artigo 79º, pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista. ----------
-------- **A Câmara tomou conhecimento.** ----------

-------- **(03/12) PROPOSTA – TRABALHOS A MAIS - EMPREITADA DE "REMODELAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO CONCELHO-2.ª FASE":** ----------
-------- Proposta n.º 1339/2023, datada de 24 de maio corrente, do Chefe da Divisão de Investimentos e Ordenamento do Território, Eng.º Manuel Ortiz, do seguinte teor:--------
-------- "A empreitada de "Remodelação e Ampliação do Edifício dos Paços do Concelho – 2.ª Fase", foi adjudicado à empresa "TREPA – Construção Civil, Lda.", pelo valor de 499.418,78 €, acrescido de IVA. ----------
-------- Com o decorrer dos trabalhos, têm surgido algumas questões que têm que ser resolvidas de imediato em obra e que estão relacionadas com a relação da obra com ao prédios vizinhos, com o tipo de rebocos que existiam em algumas paredes e pavimentos do edifício, com o estado em que se encontra o sistema de drenagem de águas pluviais, com a necessidade de deslocar o servidor utilizado pelos serviços do município instalados na rua de Jesus e com o estado em que se encontram as caixilharias exteriores do edifício. ----------
-------- É expetável que até ao final da obra, surjam outras situações que impliquem a necessidade de efetuar trabalhos que não se encontram previstos. ----------
-------- O decreto legislativo regional 27/2015/A, de 29 de dezembro que aprova o Regime Jurídico dos Contratos Públicos na Região Autónoma dos açores (RJCPRAA), define no seu artigo 78.º o que são trabalhos a mais (trabalhos cuja espécie ou quantidade não esteja previsto no contrato e que: a) se tenham tornado necessários à execução da mesma obra na sequência de uma circunstância imprevista; e b) não possam ser técnica ou economicamente separáveis do objeto do contrato sem inconvenientes graves para o dono da obra), definindo ainda que a execução de trabalhos a mais não deverá exceder 20% do preço do contrato inicial. ----------
-------- Até à presente data, são estes os trabalhos a mais, já detetados (alguns já executados):----------
-------- **1 – Rede de telecomunicações dos serviços do município** ----------
-------- Na empreitada está prevista a deslocação do servidor e dos quadros elétricos que servem o edifício onde se encontram as secções de obras particulares e de atendimento do município. No entanto, não estava previsto que com esta deslocação fosse necessário executar uma nova rede de telecomunicações para essas secções. Para que os serviços não sofressem paragens, aproveitando um fim de semana e um feriado foi executada esta nova rede, que representou um encargo adicional de **5.277,47 €.** ----------
-------- **2- Pavimento térreo no piso intermédio**----------
-------- A empreitada prevê a substituição da tijoleira do piso intermédio. Com a remoção desta tijoleira, verifica-se que a laje de pavimento existente se encontra "podre" a desfazer-se, sem capacidade para suportar o assentamento da nova tijoleira. O

empreiteiro apresentou uma proposta no valor de **3.000,24 €,** para execução do novo pavimento em betão.----------

--------**3 – Reboco armado em diversos espaços**----------

--------Está prevista a remoção de rebocos e posterior revestimento. No gabinete da presidência, sala de reuniões contígua e compartimento do piso intermédio, após a remoção do reboco, verifica-se que os blocos que compõem as paredes se encontram em mau estado, esfarelando-se com a passagem das mãos pela sua superfície, não garantindo a adequada aderência ao novo reboco. Foi adotada como solução a aplicação de cimento cola e rede armada, após limpeza dos blocos. A realização deste trabalho não previsto está orçado em **8.106,73 €.**----------

--------**4 – Muros em betão**----------

--------Após as demolições das construções existentes no tardoz do edifício dos Paços do Concelho, verificou-se que o prédio vizinho ficou "descalço" havendo necessidade de prolongar o muro de suporte que já estava previsto, para que ficasse garantida a estabilidade desse prédio. Esta intervenção represente um valor de **3.098,90 €.** ----------

--------**5 – Caixa para recolha de pluviais** ----------

--------O sistema de recolha de águas pluviais no tardoz do edifício existente, além de estar em mau estado, com a ampliação do edifício fica impraticável, havendo necessidade de encaminhar estas águas para a rede pluvial prevista na empreitada. A construção desta extensão de rede e de mais uma caixa está orçada em **629,77 €.**----------

--------**6 – Substituição de portas e janelas**----------

--------A empreitada não prevê qualquer intervenção nas portas e janelas exteriores existentes. Verifica-se que as caixilharias exteriores, nomeadamente na sala de sessões, gabinete da presidência e piso intermédio se encontram bastante degradados, com elementos já podres, folgas que permitem a entrada da chuva e vento e deficiente isolamento acústico. Sendo a substituição das caixilharias um trabalho que se enquadra no conceito de trabalhos a mais, foi solicitado ao empreiteiro proposta para substituição por caixilhos em madeira, com vidro duplo e com o mesmo desenho do existente. A proposta apresentada é de **23.222,70 €.**----------

--------A totalidade destes trabalhos é de 43.335,81 €, acrescido de IVA, representando 8,67% do valor do contrato inicial.----------

--------Atendendo a que estes trabalhos são imprescindíveis à boa execução da obra, propõe-se a aprovação destes trabalhos a mais no valor de **43.335,81 € (quarente e três mil trezentos e trinta e cinco mil e oitenta e um cêntimo)**." ----------

--------O Vereador Marco Martins perguntou se estes trabalhos já foram executados, tendo a senhora Presidente respondido que, nem todos os trabalhos foram executados.---

--------A senhora presidente prosseguiu explicando que, do que vai tendo conhecimento, a rede de telecomunicações foi uma situação que tiveram de priorizar e, neste caso, diz que já foi executada e, quanto ao resto, que tenha referência e que tenha ficado registado, ainda não foram executados. ----------

--------**A Câmara deliberou, por maioria, aprovar a proposta em apreço.** ----------

--------**Os Vereadores Marco Martins, Pedro Machado e Leila Dinis abstiveram-se.**

--------**(04/12) PROPOSTA – RELATÓRIO DA COMISSÃO DE ANÁLISE PARA ALIENAÇÃO DO LOTE N.º 9 - DO ALVARÁ N.º 2/2021 SEM OBRAS DE URBANIZAÇÃO - BAIRRO DE SANTA RITA, FREGUESIA DE SANTA CRUZ, PRAIA DA VITÓRIA:** ----------

--------Proposta n.º 1358/2023, datada de 25 de maio em curso, da Sr.ª Presidente da Câmara Municipal, do seguinte teor:----------

--------"Considerando que o Regulamento para a atribuição de lotes e frações do bairro de Santa Rita, consagra as condições e requisitos para a sua alienação;----------

--------Considerando que nos termos do artigo 6º do supracitado Regulamento compete à comissão, nomeada pela Presidente da Câmara, analisar a conformidade de cada processo às regras do Regulamento e elaborar um relatório;----------

--------Considerando o 1.º Aditamento (que se anexa) ao Alvará acima referido;----------

--------Propõe-se a este executivo que delibere revogar a proposta n.º1744 aprovada em reunião de câmara de 30 de novembro de 2023; ----------

--------Propõe-se e submete-se a este executivo, no âmbito do citado artigo 6.º, o relatório em anexo com vista à respetiva deliberação." ----------

--------**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta em causa.**--------

--------**(05/12) PROPOSTA – RELATÓRIO DA COMISSÃO DE ANÁLISE PARA ALIENAÇÃO DO LOTE N.º 31 - DO ALVARÁ N.º 2/2021 SEM OBRAS DE URBANIZAÇÃO - BAIRRO DE SANTA RITA, FREGUESIA DE SANTA CRUZ, PRAIA DA VITÓRIA:** ----------

--------Proposta n.º 1361/2023, datada de 25 de maio corrente, da Sr.ª Presidente da Câmara Municipal, do seguinte teor:----------

--------"Considerando que o Regulamento para a atribuição de lotes e frações do bairro de Santa Rita, consagra as condições e requisitos para a sua alienação;----------

--------Considerando que nos termos do artigo 6º do supracitado Regulamento compete à comissão, nomeada pela Presidente da Câmara, analisar a conformidade de cada processo às regras do Regulamento e elaborar um relatório;----------

--------Considerando o 1.º Aditamento (que se anexa) ao Alvará acima referido;----------

--------Propõe-se a este executivo que delibere revogar a proposta n.º 1733 aprovada em reunião de câmara de 30 de novembro de 2023; ----------

--------Propõe-se e submete-se a este executivo, no âmbito do citado artigo 6.º, o relatório em anexo com vista à respetiva deliberação." ----------

--------**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta em causa.**--------

--------**(06/12) PROPOSTA – RELATÓRIO DA COMISSÃO DE ANÁLISE PARA ALIENAÇÃO DO LOTE N.º 38 - DO ALVARÁ N.º 2/2021 SEM OBRAS DE URBANIZAÇÃO - BAIRRO DE SANTA RITA, FREGUESIA DE SANTA CRUZ, PRAIA DA VITÓRIA:** ----------

--------Proposta n.º 1368/2023, datada de 25 de maio em curso, da Sr.ª Presidente da Câmara Municipal, do seguinte teor:----------

-------- "Considerando que o Regulamento para a atribuição de lotes e frações do bairro de Santa Rita, consagra as condições e requisitos para a sua alienação; ----------
-------- Considerando que nos termos do artigo 6º do supracitado Regulamento compete à comissão, nomeada pela Presidente da Câmara, analisar a conformidade de cada processo às regras do Regulamento e elaborar um relatório; ----------
-------- Propõe-se e submete-se a este executivo, no âmbito do citado artigo, o relatório em anexo com vista à respetiva deliberação." ----------
-------- **A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta em causa.** --------

-------- **(07/12) PROPOSTA – RELATÓRIO DA COMISSÃO DE ANÁLISE PARA ALIENAÇÃO DO LOTE N.º 41 - DO ALVARÁ N.º 2/2021 SEM OBRAS DE URBANIZAÇÃO - BAIRRO DE SANTA RITA, FREGUESIA DE SANTA CRUZ, PRAIA DA VITÓRIA:** ----------
-------- Proposta n.º 1367/2023, datada de 25 de maio corrente, da Sr.ª Presidente da Câmara Municipal, do seguinte teor: ----------
-------- "Considerando que o Regulamento para a atribuição de lotes e frações do bairro de Santa Rita, consagra as condições e requisitos para a sua alienação; ----------
-------- Considerando que nos termos do artigo 6º do supracitado Regulamento compete à comissão, nomeada pela Presidente da Câmara, analisar a conformidade de cada processo às regras do Regulamento e elaborar um relatório; ----------
-------- Propõe-se e submete-se a este executivo, no âmbito do citado artigo, o relatório em anexo com vista à respetiva deliberação." ----------
-------- **A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta em causa.** --------

-------- **(08/12) PROPOSTA – RELATÓRIO DA COMISSÃO DE ANÁLISE PARA ALIENAÇÃO DO LOTE N.º 53 - DO ALVARÁ N.º 2/2021 SEM OBRAS DE URBANIZAÇÃO - BAIRRO DE SANTA RITA, FREGUESIA DE SANTA CRUZ, PRAIA DA VITÓRIA:** ----------
-------- Proposta n.º 1360/2023, datada de 25 de maio em curso, da Sr.ª Presidente da Câmara Municipal, do seguinte teor: ----------
-------- "Considerando que o Regulamento para a atribuição de lotes e frações do bairro de Santa Rita, consagra as condições e requisitos para a sua alienação; ----------
-------- Considerando que nos termos do artigo 6º do supracitado Regulamento compete à comissão, nomeada pela Presidente da Câmara, analisar a conformidade de cada processo às regras do Regulamento e elaborar um relatório; ----------
-------- Propõe-se e submete-se a este executivo, no âmbito do citado artigo, o relatório em anexo com vista à respetiva deliberação." ----------
-------- **A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta em causa.** --------

-------- **(09/12) PROPOSTA – RELATÓRIO DA COMISSÃO DE ANÁLISE PARA ALIENAÇÃO DO LOTE N.º 70 - DO ALVARÁ N.º 2/2021 SEM OBRAS**

DE URBANIZAÇÃO - BAIRRO DE SANTA RITA, FREGUESIA DE SANTA CRUZ, PRAIA DA VITÓRIA: ----------

-------- Proposta n.º 1366/2023, datada de 25 de maio corrente, da Sr.ª Presidente da Câmara Municipal, do seguinte teor:----------

-------- "Considerando que o Regulamento para a atribuição de lotes e frações do bairro de Santa Rita, consagra as condições e requisitos para a sua alienação;----------

-------- Considerando que nos termos do artigo 6º do supracitado Regulamento compete à comissão, nomeada pela Presidente da Câmara, analisar a conformidade de cada processo às regras do Regulamento e elaborar um relatório;----------

-------- Propõe-se e submete-se a este executivo, no âmbito do citado artigo, o relatório em anexo com vista à respetiva deliberação." ----------

-------- **A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta em causa.** --------

-------- **(10/12) PROPOSTA – RELATÓRIO DA COMISSÃO DE ANÁLISE PARA ALIENAÇÃO DO LOTE N.º 71 - DO ALVARÁ N.º 2/2021 SEM OBRAS DE URBANIZAÇÃO - BAIRRO DE SANTA RITA, FREGUESIA DE SANTA CRUZ, PRAIA DA VITÓRIA:** ----------

-------- Proposta n.º 1362/2023, datada de 25 de maio corrente, da Sr.ª Presidente da Câmara Municipal, do seguinte teor:----------

-------- "Considerando que o Regulamento para a atribuição de lotes e frações do bairro de Santa Rita, consagra as condições e requisitos para a sua alienação;----------

-------- Considerando que nos termos do artigo 6º do supracitado Regulamento compete à comissão, nomeada pela Presidente da Câmara, analisar a conformidade de cada processo às regras do Regulamento e elaborar um relatório;----------

-------- Propõe-se e submete-se a este executivo, no âmbito do citado artigo, o relatório em anexo com vista à respetiva deliberação." ----------

-------- **A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta em causa.** --------

-------- **(11/12) PROPOSTA – APOIOS NO ÂMBITO DO REGULAMENTO MUNICIPAL COOPERAR E DESENVOLVER NA PRAIA DA VITÓRIA - CANDIDATURAS DE 2023:**----------

-------- Proposta n.º 1291/2023, datada de 19 de maio em curso, da Sr.ª Presidente da Câmara Municipal, do seguinte teor:----------

-------- "Considerando que as ações das associações no desenvolvimento das freguesias e Vila do concelho da Praia da Vitória são um fator de enorme importância, sendo atores efetivos de progresso e dinamização social, cultural, desportiva, patrimonial e comunitária;----------

-------- Considerando o Regulamento Municipal Cooperar e Desenvolver na Praia da Vitória adiante designado por RMCDPV, aprovado pela Câmara Municipal da Praia da Vitória e pela Assembleia Municipal da Praia da Vitória, publicado em Diário da República com o Aviso n.º 1514/2020, de 29 de janeiro de 2020;----------

-------- Considerando o disposto nos Artigos 7.º, 10.º e 11.º do RMCDPV e conforme o quadro resumo e o Relatório da Comissão de Análise das Candidaturas, anexos e parte integrante da presente proposta; ----------
-------- Proponho que a Câmara Municipal delibere o seguinte: ----------
-------- a) Nos termos do disposto na alínea u), do n.º1, do Artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, das Entidades Intermunicipais e do Associativismo Autárquico, Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição de um apoio no valor de 3.000,00€ (três mil euros), consubstanciado no apoio definido no quadro resumo e de acordo com a minuta do Contrato-Programa em anexo."----------
-------- **A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta em apreço.** ------

-------- **(12/12) PROPOSTA DE RETIFICAÇÃO - APOIO À COMISSÃO DE FESTAS DA NOSSA SENHORA DA PENA, FREGUESIA DAS FONTINHAS NO ÂMBITO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO ÀS FESTAS DAS FREGUESIAS E VILA DO CONCELHO:** ----------
-------- Proposta n.º 1333/2023, datada de 24 de maio corrente, da Sr.ª Presidente da Câmara Municipal, do seguinte teor:----------
-------- "Considerando a importância das festas tradicionais nas freguesias e vila do concelho da Praia da Vitória, onde a expressão da cultura e tradições está enraizada nas populações e constitui um potencial do desenvolvimento turístico da ilha Terceira; -------
-------- Considerando o trabalho, esforço e dedicação das comissões de festas, que habitualmente enfrentam grandes desafios quer na sua constituição, quer na concretização dos programas festivos;----------
-------- Considerando o Regulamento Municipal de Apoio às Festas nas Freguesias e Vila do Concelho da Praia da Vitória, aprovado pela Câmara Municipal da Praia da Vitória e pela Assembleia Municipal da Praia da Vitória e publicado em Diário da República com o aviso 1150/2018, de 24 de janeiro de 2018; ----------
-------- Considerando que anteriormente foi elaborada a proposta Nº I – CMPV/594/2023, aprovada na Reunião de Câmara de 22 de março, cujo o nome da entidade era Comissão de Festas das Fontinhas, com o número de Identificação Fiscal: [redacted], propõe-se que esta seja retificada para Comissão de Festas da Nossa Senhora da Pena da freguesia das Fontinhas, sob o NIF: [redacted]." ----------
-------- **A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta em causa.** --------

-------- **(13/12) PROPOSTA - APOIO NO ÂMBITO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO ÀS FESTAS DAS FREGUESIAS E VILA DO CONCELHO – FESTAS DE NOSSA SENHORA DA PENA, FONTINHAS:** ---------
-------- Proposta n.º 1311/2023, datada de 22 de maio corrente, da Vereadora com competência delegada, Dr.ª Otília Martins, do seguinte teor: ----------
-------- "Considerando a importância das festas tradicionais nas freguesias e vila do Concelho da Praia da Vitória, onde a expressão da cultura e tradições está enraizada nas populações e constitui um potencial do desenvolvimento turístico da ilha Terceira; -------

--------Considerando o trabalho, esforço e dedicação das comissões de festas, que habitualmente enfrentam grandes desafios quer na sua constituição, quer na concretização dos programas festivos;----------
--------Considerando o Regulamento Municipal de Apoio às Festas nas Freguesias e Vila do Concelho da Praia da Vitória, aprovado pela Câmara Municipal da Praia da Vitória e pela Assembleia Municipal da Praia da Vitória e publicado em Diário da República com o aviso 1150/2018, de 24 de janeiro de 2018; ----------
--------Proponho que a Câmara Municipal delibere, nos termos da alínea u), do n.º 1, do artigo 33.ª, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, aprovar o relatório de análise, no âmbito do pedido enviado pela Comissão de Festas de Nossa Senhora da Pena da Freguesia das Fontinhas, documentos que são parte integrante da presente proposta." ----
--------**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta em causa.**--------

--------**(14/12) PROPOSTA - APOIO NO ÂMBITO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO ÀS FESTAS DAS FREGUESIAS E VILA DO CONCELHO – FESTAS DE NOSSA SENHORA DA PENA, FONTINHAS:**---------
--------Proposta n.º 1383/2023, datada de 25 de maio corrente, da Vereadora com competência delegada, Dr.ª Otília Martins, do seguinte teor: ----------
--------"Considerando a importância das festas tradicionais nas freguesias e vila do Concelho da Praia da Vitória, onde a expressão da cultura e tradições está enraizada nas populações e constitui um potencial do desenvolvimento turístico da ilha Terceira; -------
--------Considerando o trabalho, esforço e dedicação das comissões de festas, que habitualmente enfrentam grandes desafios quer na sua constituição, quer na concretização dos programas festivos;----------
--------Considerando o Regulamento Municipal de Apoio às Festas nas Freguesias e Vila do Concelho da Praia da Vitória, aprovado pela Câmara Municipal da Praia da Vitória e pela Assembleia Municipal da Praia da Vitória e publicado em Diário da República com o aviso 1150/2018, de 24 de janeiro de 2018; ----------
--------Proponho que a Câmara Municipal delibere, nos termos da alínea u), do n.º 1, do artigo 33.ª, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, aprovar o relatório de análise, no âmbito do pedido enviado pela Junta de Freguesia das Fontinhas, documentos que são parte integrante da presente proposta." ----------
--------**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta em causa.**--------

--------**(15/12) PROPOSTA - APOIO NO ÂMBITO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO ÀS FESTAS DAS FREGUESIAS E VILA DO CONCELHO – FESTAS DE S. JOÃO BATISTA, CASA DA RIBEIRA:**----------
--------Proposta n.º 1312/2023, datada de 22 de maio em curso, da Vereadora com competência delegada, Dr.ª Otília Martins, do seguinte teor: ----------
--------"Considerando a importância das festas tradicionais nas freguesias e vila do Concelho da Praia da Vitória, onde a expressão da cultura e tradições está enraizada nas populações e constitui um potencial do desenvolvimento turístico da ilha Terceira; -------

--------Considerando o trabalho, esforço e dedicação das comissões de festas, que habitualmente enfrentam grandes desafios quer na sua constituição, quer na concretização dos programas festivos;----------
--------Considerando o Regulamento Municipal de Apoio às Festas nas Freguesias e Vila do Concelho da Praia da Vitória, aprovado pela Câmara Municipal da Praia da Vitória e pela Assembleia Municipal da Praia da Vitória e publicado em Diário da República com o aviso 1150/2018, de 24 de janeiro de 2018; ----------
--------Proponho que a Câmara Municipal delibere, nos termos da alínea u), do n.º 1, do artigo 33.ª, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, aprovar o relatório de análise, no âmbito do pedido enviado pela Comissão de Festas de Paróquia de S. João Batista da Casa da Ribeira, documentos que são parte integrante da presente proposta." ----------
--------**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta em causa.**--------

--------**(16/12) PROPOSTA - APOIO NO ÂMBITO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO ÀS FESTAS DAS FREGUESIAS E VILA DO CONCELHO – FESTAS IMPÉRIO DE SÃO PEDRO, SANTA RITA:** ----------
--------Proposta n.º 1313/2023, datada de 22 de maio corrente, da Vereadora com competência delegada, Dr.ª Otília Martins, do seguinte teor: ----------
--------"Considerando a importância das festas tradicionais nas freguesias e vila do Concelho da Praia da Vitória, onde a expressão da cultura e tradições está enraizada nas populações e constitui um potencial do desenvolvimento turístico da ilha Terceira; -------
--------Considerando o trabalho, esforço e dedicação das comissões de festas, que habitualmente enfrentam grandes desafios quer na sua constituição, quer na concretização dos programas festivos;----------
--------Considerando o Regulamento Municipal de Apoio às Festas nas Freguesias e Vila do Concelho da Praia da Vitória, aprovado pela Câmara Municipal da Praia da Vitória e pela Assembleia Municipal da Praia da Vitória e publicado em Diário da República com o aviso 1150/2018, de 24 de janeiro de 2018; ----------
--------Proponho que a Câmara Municipal delibere, nos termos da alínea u), do n.º 1, do artigo 33.ª, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, aprovar o relatório de análise, no âmbito do pedido enviado pelo Império de São Pedro de Santa Rita, documentos que são parte integrante da presente proposta."----------
--------**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta em causa.**--------

--------**(17/12) PROPOSTA – APOIO À ESCOLA BÁSICA INTEGRADA DA PRAIA DA VITÓRIA, COM A AQUISIÇÃO DE T-SHIRTS, PARA TORNEIO DE FUTSAL:** ----------
--------Proposta n.º 1297/2023, datada de 19 de maio corrente, da Vereadora com competência delegada, Dr.ª Paula Sousa, do seguinte teor:----------
--------"Considerando o pedido de apoio solicitado pela Escola Básica Integrada da Praia da Vitória, para a aquisição de t-shirts para o torneio de futsal, a realizar no âmbito do Gabinete da Prevenção da Violência e Promoção da Cidadania em Ambiente

Escolar, no fim do presente ano letivo, entre os dias 14 e 15 de junho, dirigido aos alunos da escola, no qual serão promovidos bons comportamentos; ----------

-------- Considerando que a Escola Básica Integrada da Praia da Vitória, no âmbito do referido gabinete, pretende realizar atividades que motivam os alunos a comportamentos pacíficos, assim como, promover o bem-estar na comunidade escolar e no seu exterior, tendo como principal objetivo, sensibilizar para o tipo de comportamentos que afetam a liberdade e a paz das crianças, adolescentes e jovens, que ocorrem nas relações interpessoais em contextos escolares; ----------

-------- Considerando que nos termos do disposto na alínea p) do nº1, do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, das Entidades Intermunicipais e do Associativismo Autárquico, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município; ----------

-------- Considerando que a entidade em causa tem a sua situação tributária regularizada nesta data, conforme documento que consta no Setor Financeiro e Tesouraria; ----------

-------- Proponho para o efeito e nos termos do disposto na alínea p), do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição de um apoio em espécie, assumindo o valor de 416€ (quatrocentos e dezasseis euros), a liquidar à empresa "Debatemania, Unipessoal, Lda.", mediante celebração do respetivo contrato programa com a Escola Básica Integrada da Praia da Vitória." ----------

-------- **A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta em apreço.** ------

-------- (18/12) PROPOSTA – APOIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO FONTINHAS ACTIVA - REALIZAÇÃO DE VÁRIAS PROVAS DE CICLISMO DURANTE O ANO DE 2023: ----------

-------- Proposta n.º 1315/2023, datada de 23 de maio em curso, do Vereador com competência delegada, Dr. Ricky Baptista, do seguinte teor: ----------

-------- "Considerando a estratégia municipal de apoio ao desporto, nomeadamente na componente federativa, conjugada com a dinamização da atividade associativa; ----------

-------- Considerando a dinâmica organizativa da Associação Fontinhas Activa, particularmente na promoção do ciclismo; ----------

-------- Considerando que o Regulamento Municipal de Apoio aos Clubes Desportivos não contempla apoios para a organização de provas anuais, cujos custos são incomportáveis para os clubes organizadores se assumidos individualmente; ----------

-------- E considerando a importância da realização das provas de ciclismo previstas para 2023 pela Associação Fontinhas Activas, particularmente no que concerne à promoção do desporto, à promoção turística e à dinamização associativa; ----------

-------- Propõe-se no âmbito das competências atribuídas pela lei habilitante, nomeadamente a alínea o) do Artigo 33º da Lei Nº75/2013, de 12 de setembro, com última versão regulamentada pela Lei Nº66/2020, de 04 de novembro: ----------

-------- 1- A atribuição de um apoio monetário no valor de 2000€ (dois mil euros) à Associação Fontinhas Activa, conducentes à realização de várias provas de ciclismo durante o ano de 2023." ----------

-------- **A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta em causa.** --------

-------- **(19/12) PROPOSTA - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À ASTECIA-ASSOCIAÇÃO TERCEIRENSE DE COMBATE À INSUFICIÊNCIA ALIMENTAR:** ----------

-------- Proposta n.º 1330/2023, datada de 24 de maio em curso, da Sr.ª Presidente da Câmara Municipal, do seguinte teor: ----------

-------- "Considerando o pedido de renovação de apoio solicitado pelo Banco Alimentar contra a Fome da Terceira (ASTECIA – Associação Terceirense no Combate à Insuficiência Alimentar), para aquisição de bens alimentares destinados ao apoio de emergência alimentar; ----------

-------- Considerando que o associativismo constitui um forte aliado do poder local na prossecução de políticas de desenvolvimento de interesse público; ----------

-------- Considerando o papel do Banco Alimentar contra a Fome da Terceira na resposta às necessidades alimentares de famílias com baixos recursos financeiros na Ilha Terceira, num trabalho em constante articulação com as várias Instituições de Solidariedade Social, Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia; ----------

-------- Considerando que os pedidos remetidos à Câmara Municipal da Praia da Vitória são encaminhados pelo Departamento de Solidariedade Social da Cooperativa Praia Cultural ao Banco Alimentar contra a Fome da Terceira, para articulação da resposta alimentar mais adequada; ----------

-------- Considerando o disposto na alínea u), do nº 1, do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, das Entidades Intermunicipais e do Associativismo Autárquico, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município; ----------

-------- Considerando que a entidade em causa tem a sua situação tributária regularizada nesta data; ----------

-------- Proponho que a Câmara Municipal delibere aprovar a atribuição de um apoio no valor de 1.500€ (mil e quinhentos euros) à ASTECIA – Associação Terceirense no Combate à Insuficiência Alimentar, mediante celebração de contrato-programa." ---------

-------- **A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta em apreço.** ------

-------- **O Vereador Marco Martins não participou na discussão nem na votação, nos termos do disposto no n.º 6, do artigo 55.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com os artigos 69.º e 73.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.** ----------

-------- **(20/12) PROPOSTA – ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS PREVISTAS NO REGULAMENTO MUNICIPAL DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO - PROCESSO N.º 01/2022/102:** ----------

-------- Proposta n.º 1261/2023, datada de 16 de maio corrente, da Vereadora com competência delegada, Dr.ª Otília Martins, do seguinte teor: ----------

-------- «[redacted], apresentou um requerimento a solicitar a isenção do pagamento de todas as taxas, previstas no Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas de Urbanização e Edificação, Aviso n.º 9600/2009, com as alterações introduzidas pelo Aviso n.º 24767/2011, de 27 de Dezembro de 2011, Aviso n.º 9935/2012, de 23 de Julho e Regulamento (extrato) n.º 430/2014, de 3 de outubro. -------

-------- Tendo em conta o disposto no artigo 6.º, do citado regulamento, em que "Poderão ser isentas pela Câmara Municipal do pagamento das taxas estabelecidas no presente diploma e na respetiva tabela: ----------

-------- j) A recuperação de imóveis degradados no centro histórico com o objetivo de os reabilitar para habitação, bem como para atividades comerciais e ou serviços;" ----------

-------- Proponho nos termos do disposto no Regulamento supra citado, que se isente a particular em causa do pagamento de todas as taxas referentes ao projeto de reconstrução e ampliação de moradia plurifamiliar, sita na [redacted].» ----------

-------- **A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta em causa.** --------

-------- **(21/12) PROPOSTA – ISENÇÃO DE TAXAS INERENTES A TODOS OS EVENTOS CULTURAIS A REALIZAR ATÉ AO FINAL DE 2023 – ASSOCIAÇÃO DA SEMANA CULTURAL DOS BISCOITOS:**----------

-------- Proposta n.º 1241/2023, datada de 12 de maio em curso, da senhora Presidente da Câmara Municipal, do seguinte teor: ----------

-------- "A Associação Cultural dos Biscoitos, associação sem fins lucrativos, solicita a isenção de todas as taxas inerentes a todos os eventos culturais a realizar por aquela Associação, até ao final de 2023, nomeadamente em todos os eventos a terem lugar ao ar livre, em recinto fechado ou improvisado. ----------

-------- Tendo em conta o disposto na alínea c), do nº2, do artigo 5º do Regulamento e Tabela de Taxas e outras Receitas Municipais, podem estar isentos de taxas as associações ou fundações culturais, sociais, religiosas, desportivas ou recreativas legalmente constituídas, relativamente aos atos e factos que se destinem à prossecução de atividades de interesse público municipal, desde que beneficiem de isenção ou redução de IRC, o que deverá ser comprovado mediante a apresentação do competente documento. ----------

-------- As isenções de taxas e outras receitas são precedidas de requerimento fundamentado a apresentar pelo interessado, acompanhado dos documentos comprovativos da situação em que se enquadre, nos termos da alínea b), no n.º1 do artigo 6º, do Regulamento supra mencionado. ----------

-------- Proponho nos termos do n. º3, do artigo 5º do já citado Regulamento, que esta Câmara aprove a proposta de isenção solicitada e que a mesma seja presente á Assembleia Municipal para aprovação." ----------

-------- **A Câmara deliberou, por unanimidade, concordar com a proposta em apreço e submeter à aprovação da Assembleia Municipal.**----------

--------**(22/12) PROPOSTA – ISENÇÃO DE TAXAS INERENTES A TODOS OS EVENTOS A REALIZAR ATÉ AO FINAL DE 2023 – SÃO BRÁS FUTSAL CLUBE:**----------

--------Proposta n.º 1293/2023, datada de 19 de maio corrente, da Vereadora com competência delegada, Dr.ª Otília Martins, do seguinte teor: ----------

--------"O São Brás Futsal Clube, na qualidade de pessoa coletiva privada sem fins lucrativos, solicita a isenção de taxas inerentes a todos os eventos, de Licenças acidentais de recinto e licenças especiais de ruído para Verbenas ou licenças de recintos improvisados de espetáculos, nos termos do n. º1, IX.1 e X. 4.5, do Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais, a realizar por este Clube, até ao final de 2023. - ----------

--------Tendo em conta o disposto na alínea c), do nº2, do artigo 5º do Regulamento e Tabela de Taxas e outras Receitas Municipais, podem estar isentos de taxas as associações ou fundações culturais, sociais, religiosas, desportivas ou recreativas legalmente constituídas, relativamente aos atos e factos que se destinem à prossecução de atividades de interesse público municipal, desde que beneficiem de isenção ou redução de IRC, o que deverá ser comprovado mediante a apresentação do competente documento.----------

--------As isenções de taxas e outras receitas são precedidas de requerimento fundamentado a apresentar pelo interessado, acompanhado dos documentos comprovativos da situação em que se enquadre, nos termos da alínea b), no n.º1 do artigo 6º, do Regulamento supra mencionado.----------

--------Proponho nos termos do n. º3, do artigo 5º do já citado Regulamento, que esta Câmara aprove a proposta de isenção solicitada e que a mesma seja presente á Assembleia Municipal para aprovação." ----------

--------**A Câmara deliberou, por unanimidade, concordar com a proposta em causa e submeter à aprovação da Assembleia Municipal.** ----------

----------Todos os documentos relacionados com os pontos da ordem do dia, encontram-se no edifício da Câmara Municipal da Praia da Vitória, sito na Rua do Cruzeiro, à disposição para as consultas tidas por convenientes. ----------

--------**APROVAÇÃO DA ATA:** A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta a ata em causa, de acordo com o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. ----------

--------**ENCERRAMENTO:** Não havendo outros assuntos a tratar, nesta reunião, a Exma. Presidente declarou encerrada a ordem de trabalhos eram quinze horas e

cinquenta e cinco minutos, pelo que de tudo para constar se lavrou a presente ata que vai ser assinada pela Exm.ª Senhora Presidente e pelo Técnico Superior.----------

Ass: _____

Ass: _____